

União perderá R\$ 3 bi por ano se atender aos estados e reduzir encargos da dívida

Nova rolagem de compromissos colocaria em risco sistema financeiro, diz estudo

Maria Luiza Abbott e
Waldomiro Júnior

• BRASÍLIA e SALVADOR. O alívio para as dívidas dos estados, pedido pelos governadores, vai custar caro para toda a sociedade brasileira, caso seja atendido. Uma avaliação de técnicos da área econômica concluiu que a União perderia R\$ 3 bilhões por ano em receitas com a redução do pagamento de encargos financeiros devidos pelos estados. Uma nova rolagem da dívida estadual já renegociada de R\$ 46 bilhões seria o equivalente a decretar a falência de Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNDES, colocando em risco a estabilidade do sistema financeiro nacional, segundo o mesmo estudo.

A proposta que os governadores apresentaram ao Senado e ao Governo federal no dia 29 de outubro prevê a redução do limite de pagamento de dívidas e encargos financeiros de 11% para 6% das receitas dos estados. Se o Senado aprovar essa mudança, sobrarão mais dinheiro para os Tesouros estaduais, mas a União perderá R\$ 3 bilhões por ano, equivalentes ao total de investimentos previstos no orçamento deste ano. Como o Governo federal é mero intermediador desses débitos, teria que continuar pagando os credores dos estados. Nesse caso, além de perder receita, o Tesouro Nacional teria que

gerar recursos para os pagamentos que deixaram de ser feitos pelos governadores.

A saída seria cortar investimentos e programas sociais — as demais despesas, como pessoal e encargos financeiros da União, consomem 90% das receitas do Tesouro e são incompressíveis. Para manter um nível mínimo de investimentos e programas, o Governo teria que emitir mais títulos, aumentando o déficit público e elevando as taxas de juros. Essa decisão teria consequências imprevisíveis para a estabilidade econômica e crescimento, avaliaram os técnicos.

Resultado negativo dos estados este ano foi recorde

A redução do limite de comprometimento da receita com o pagamento de débitos, segundo o trabalho, seria desastrosa dentro da estratégia de controle do déficit público — este ano os estados tiveram um resultado negativo recorde e são responsáveis pela maior parte do estouro das contas do setor público. A diferença de 5% da receita líquida daria uma folga aos governadores para que assumissem novas dívidas com base nessa disponibilidade de recursos adicionais. Aumento de endividamento significa elevação do déficit público, o principal problema do Plano Real.

Alegando uma situação financeira crítica, os governadores

propõem também o refinanciamento das dívidas mobiliária (em títulos) e contratual (já renegociada com o Tesouro). As novas condições prevêem o pagamento de todos os débitos em 30 anos, inclusive com as instituições financeiras federais, carência de 90 dias e correção pelo IGP-DI, mais juros de 6% ao ano. O problema é que os créditos que os dois bancos e a Caixa têm a receber são de prazo mais curto, com juros mais altos, e são essenciais para a sua saúde financeira. Sem o pagamento, ou as instituições quebram ou o Tesouro Nacional paga os débitos, concluíram os técnicos.

Para bancar melhores condições de financiamento para os governadores e salvar as instituições, novamente o caminho seriam cortes de investimentos e programas sociais — a Saúde consome 60% das despesas de custeio do Tesouro — e emissão de títulos. Haveria também a alternativa de uma saída mista, em que o Tesouro pagaria parte do rombo e o Governo forçaria um encolhimento das instituições. Nesse caso, a Caixa, por exemplo, acabaria por reduzir os financiamentos habitacionais, incluindo os programas para baixa renda, por falta de recursos.

Em Salvador, o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, disse que o Governo federal só vai liberar recursos para os estados que

estão com as suas finanças saneadas, numa demonstração do apoio do presidente Fernando Henrique Cardoso aos governadores que se esforçam para organizar suas respectivas máquinas administrativas.

— O Governo quer trabalhar com quem trabalha bem como o dinheiro público, com quem procura colocar a casa em ordem — disse o ministro.

Kandir: Bahia é exemplo para administração pública

Antônio Kandir citou a Bahia como exemplo da administração pública para o país, com uma situação financeira e administrativa que lhe permite executar projetos na área social. Por isso, segundo ele, o Governo federal, somando os recursos liberados ontem, transferiu este ano R\$ 184 milhões para o estado e até o fim do ano deverá transferir outros R\$ 100 milhões.

O ministro procurou minimizar as críticas feitas pelo ex-ministro da Fazenda e atual embaixador do Brasil em Portugal, Rubem Ricupero, à política econômica do Governo Fernando Henrique. Segundo ele, Ricupero está apenas preocupado com o futuro do país. Mas Kandir também reagiu: ele contestou a crítica do ex-ministro de que o país estaria estagnado no Plano Real, ou seja, não teria, sem uma política de crescimento econômico. ■